

2.

A articulação entre o “local” e o “internacional”

É o norte de Uganda e até onde dá pra ver, há cerrado empoeirado. Ao norte estão as colinas baixas do Sudão do Sul. As estradas são pistas de terra. Parece que estamos “no meio do nada”, “fora dos circuitos habituais” ou “fora do radar”. Mas olhando um pouco mais de perto, vemos que a paisagem aparentemente vazia é, na verdade, cheia de vida. Caminhões carregados de petróleo do Sudão do Sul estão a caminho de Mombaça, no Quênia, onde o petróleo será refinado e, em seguida, exportado. Engenheiros chineses estão trabalhando para melhorar a rede de estradas. As minivans que servem como taxis têm escritos em outras línguas – já que anteriormente trabalharam nas ruas de Bangcoc ou Xangai, antes de serem vendidas através de Dubai. A Coca-Cola está em todo lugar, bem como os celulares. Antenas de telefonia móvel adornam muitas colinas. As barracas de beira de estrada estão cheias de garrafas plásticas coloridas contendo utensílios de cozinha – todos trazidos da China. A maioria dos meninos usa camiseta de futebol de times ingleses de primeira.

MACGINTY & POLANSKA, 2015, p.193

Pensando na palavra “local”, poderíamos dizer que é algo “restrito ou limitado a uma área, subconjunto ou domínio específico” (FERREIRA, 2002, p.430). Mas ao relacionar o “local” com o “internacional”, não podemos pensar apenas em periferias remotas. Na realidade, o “local” pode ser central e pode estar conectado com atores transnacionais e internacionais (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.194). Tendo isso em vista, podemos afirmar que o “local” não se apresenta como isolado e distante, mas como algo presente também no panorama internacional e conectado com o restante do mundo, o “internacional”.

2.1

A definição do “local” para fins do presente trabalho

Segundo Mac Ginty e Richmond, por “local” podemos entender as agências presentes dentro de um ambiente de conflito ou pós-conflito, algumas das quais destinadas a identificar e criar processos necessários para a paz, talvez com ou sem a ajuda internacional, e enquadrado de forma que a legitimidade, tanto local quanto internacional, convirjam. No entanto, é algo projetado localmente e pode reverter as tendências tanto nacionais quanto internacionais (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.769).

O *local turn*, portanto, pode ser entendido dentro do contexto crítico. É o reconhecimento do caráter difuso do poder (mesmo o poder normativo da ONU, doadores e da União Europeia) e sua circulação; da importância da cultura, história e identidade; do significado da agência crítica local; e resistência. É o reconhecimento de que o *peacebuilding*, o *statebuilding* e o desenvolvimento devem apoiar seus sujeitos ao invés de defini-los. (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.769).

Na verdade, o “local” possui um significado elástico, tanto geográfico quanto conceitualmente (assim como o “internacional” e o Estado). E ainda, a noção do local ou identificação com uma área geográfica, um grupo identitário ou um tema pode atravessar culturas. Um ponto chave para o local é a sua diferença frente ao nacional e ao internacional, embora, claro, qualquer barreira seja turva pelo fato de que toda agência é uma rede cada vez mais complexa (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.770).

O “local”, segundo Mac Ginty e Richmond (2013), pode ser visto, portanto, através de duas perspectivas. A primeira delas pela prática, ou seja, uma mobilização de pequena escala, no contexto diário da vida e do Estado. É uma agência subalterna limitada, mas que carrega legitimidade social significativa. Já a segunda é o que vemos como agência local a partir de uma perspectiva mais teórica e filosófica. Relações de poder subjazem interações, e aí que o “local” pode confrontar seus governos e as estruturas de poder que buscam cooptá-lo ou anulá-lo. É o poder-resistência-sabedoria como uma estrutura circular e não fixa em uma hierarquia (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.770).

O “local” é, então, essencial para uma forma viável e sustentável de paz e de desenvolvimento. Ele é capaz de reconstruir a emancipação via o *everyday*, e ainda permite que obstáculos estruturais sejam melhor endereçados. Esse *local turn* é, portanto, um desafio às formas dominantes de pensar e agir. Podem mudar a lógica que antes era centrada em um desenvolvimento realizado pelo discurso histórico eurocêntrico de avanço universal. O “local”, por conseguinte, ajuda a trazer uma noção maior de particularismos e de variações que confrontam com as ideias e práticas universais, bem como com o progresso “natural” da história (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.770).

2.2

O encontro do “local” com o “internacional”

Hoje em dia é muito complexo encontrar, na prática, o que entendemos como Estado, na teoria, com divisões claras entre o “dentro” e o “fora”. O “local” (ou o que nós pensamos ser o “local”), na verdade também não é algo puro. Essa afirmação vem do fato de que as “comunidades locais” possuem habilidades nos dias de hoje de se conectarem através do comércio internacional, informação, transporte, telecomunicações, entre outros. É dizer que no mundo globalizado e conectado que vivemos hoje em dia, não há um “local” real (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p. 765).

Levando isso em conta, podemos afirmar que as intervenções¹ - seja para a segurança, desenvolvimento ou promoção de direitos - precisam ser repensadas e o “local” deve ser redescoberto como solução para os problemas de desenvolvimento, de paz e de conflito. Esse sujeito deve ser entendido com muito mais significância do que normalmente acontece (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.2). Ele deve ser visto como provedor de respostas para os problemas internacionais (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.196).

É um conceito novo e que ainda requer mudança, já que por muito tempo (e ainda atualmente) o “local” foi visto como não desenvolvido, não civilizado, anti-democrático e perigoso (PARIS, 2010, p.337-65). O uso da agência local para reformar as ações traz uma mudança expressiva para essa emancipação (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.4). É preciso perceber como que ele lida com os obstáculos, com a violência e com a estrutura. Sendo assim, o “local” introduz um desafio fundamental para as formas dominantes de pensar e agir.

¹ Intervenção deve ser diferenciada de uma ação militar, como guerras e agressões. Segundo Kenkel (2012), duas são as motivações para essa forma de ação: 1) Quando a ação de um soberano sobre um determinado grupo dentro de um Estado afeta a segurança do ator vindo de fora; 2) Valores chamados de universais, mesmo sem ameaça direta ao ator que intervém (p.20).

2.2.1

A agência do “local” nas ações do “internacional”

Normalmente, a falta de desenvolvimento e de segurança são tidas como a razão para tentativas de intervenções externas. Quando essas ações são utilizadas por atores externos, estes utilizam o discurso de deficiência/ausência das instituições liberais para colocarem o desenvolvimento e a reforma como necessidade e assim se valerem do discurso de “salvação”. Esse processo, na verdade, é histórico e vem desde a época da colonização e dos impérios. Envolve, inclusive, o discurso de expansão da “civilização” e domesticação (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.196). Além disso, muitas dessas intervenções podem ser encaradas apenas como práticas de *problem-solving*, ou seja, possuem o foco em um problema imediato, mas normalmente são indiferentes quanto aos fatores estruturais maiores que desencadearam nos problemas presentes (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p. 767).

Fora isso, as teorias mais ortodoxas acreditam que o desenvolvimento deva vir acompanhado de padrões de vida e prosperidade, usando a sabedoria ocidental e a tecnologia no lugar das abordagens locais. Ademais, ainda focam mais na questão econômica do que na social e cultural. Isso, no entanto, é muito criticado por homogeneizar políticas dentro da comunidade de Estados (RICHMOND, 2008, p.141).

O liberalismo, diversas vezes utilizado nessas ações, é um conceito normalmente relacionado com a ideia de autonomia e de progresso. No entanto, sofre críticas por trazer consigo diversas formas de dominação e de desigualdade. Para Immanuel Kant, em o “Tratado sobre a paz perpétua” (1795), a existência de uma confederação de repúblicas e a hospitalidade com o estrangeiro seriam condições para o estabelecimento da paz. Michael Doyle (1983) reviu esse artigo, e interpretou essas repúblicas como democracias, dizendo que não havia nenhum registro de duas democracias se enfrentando em uma guerra (p.205-235). Tendo isso em vista, segundo Nogueira e Messari (2005), os Estados Unidos começaram a defender uma expansão da democracia pelos Estados após o fim da Guerra Fria, dizendo que isso ajudaria o mundo a alcançar uma paz duradoura (p.101).

Esse tipo de ação, no entanto, embute em si certos problemas. Para apontar alguns fatores, Mac Ginty (2011) enumera diversas críticas à paz liberal democrática. Em algumas delas, podemos nos apropriar e adaptar para a ação internacional.

1. Etnocêntrica, ou seja, surge no “Norte Global” e procura reproduzir formas de paz e governança de acordo apenas com as expectativas do próprio “Norte”;
2. Elitista, já que o poder se concentra nas mãos das elites econômicas e políticas, tanto a nível local, nacional e até internacional;
3. Centralizados em segurança: privilegia a ordem e a segurança frente à emancipação e a diversidade;
4. Os modelos são rígidos. É dizer, são estruturas preestabelecidas e nem sempre flexíveis;
5. Prazo curto: Muitas das ações possuem prazo definido e não se tornam sustentáveis a longo prazo;
6. Privilegiam a economia neoliberal e não a questão social;
7. Ilusórias: Algumas ações podem envolver atividades interessantes, mas não se preocupam com as relações de poder existentes naquela sociedade;
8. Muitas falham em se conectar com as expectativas locais e isso não cria legitimidade para as ações (MAC GINTY, 2011, p.123-4)

O “local”, então, é praticamente assumido como um espaço vazio que deseja os modelos e interesses do Norte Global. Este Norte que encara a si mesmo como eficiente e superior, tanto normativa quanto governamentalmente, orientado através de direitos e capaz de suplantar as formas que sejam diferentes de si próprio (RICHMOND, 2011, p.151). No entanto, esse discurso tem encontrado mais dificuldades recentemente. Os Estados no Norte Global estão se deparando com mais limitações na tentativa de imporem as suas vontades. É dizer que a paz liberal democrática ainda tem bastante poder simbólico e permanece presente nas Organizações Internacionais (OIs), mas seus obstáculos são cada vez mais aparentes (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p. 765-6).

Tendo isso em vista, ainda podemos dizer que se os governos doadores, as OIs e organizações não governamentais (ONGs) internacionais colocarem mais ênfase no nível local em seus programas de desenvolvimento, através de

parcerias e do *ownership*, será mais fácil alcançar apoio aos programas e políticas implementadas. Em decorrência disso, terão mais chances de serem aceitos e bem sucedidos – e quem sabe, sustentáveis a longo prazo, permitindo a retirada dos atores internacionais. Mais do que impor as ideias ocidentais liberais, é preciso empoderar e apoiar os atores locais, bem como desenvolver soluções sob a própria liderança local dentro da arquitetura internacional (RICHMOND & CHANDLER, 2014, p.1-2). Portanto, o nível local é tanto o ponto de entrada quanto de saída para os *policymakers* internacionais (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.194-5).

O *ownership*, na realidade, é mais do que a participação da população, é uma apropriação local, é o desenvolvimento da agência desses atores em seus próprios termos (RICHMOND, 2008, p.147), já que a participação pode ser apenas a inclusão e o engajamento da população em um projeto que tenha vias mais liberais e eurocêntricas. Requer o reconhecimento do “local”, dos sistemas sociais, culturais, históricos, econômicos e políticos desses atores, mesmo que isso se afaste dos padrões liberais (RICHMOND, 2011, p.97). O *ownership* nasce no campo da cooperação para o desenvolvimento e busca que tanto o projeto quanto a sua implementação sejam desenhados pelo “local” com apoio e assistência de atores internacionais (SILVA, 2012, p.51). São soluções nascidas localmente para problemas e conflitos. Contam com parcerias que muitas vezes são externas, mas não deixam de ser levadas pelos que vivem nesse espaço (REICH, 2006, p.3).

Com isso, os projetos passam a não refletir apenas os interesses e visões de mundo dos liberais, mas também dos locais. Isso, no entanto, não ignora questões como os direitos internacionais. É uma via média que pretende contar com uma aceitação mútua – ou resistência (RICHMOND, 2011, p.99). Mas é preciso ser cauteloso. Muitos projetos de *policy* se referem ao *ownership* local quando são realizados por atores de fora, mas na prática isso se torna apenas um discurso retórico. Como exemplo, é possível citar diversos casos de *peacebuilding* quando falam em ações que “sejam delineadas respeitando o país”, “refletindo a heterogeneidade da sociedade”, “dedicados aos princípios democráticos e da transformação não violenta”, entre outros (REICH, 2006, p.8-9;11).

Nos últimos tempos, essa tendência de redescobrir o “local” como parte da solução dos problemas para o *policymaking* internacional em relação ao desenvolvimento vem aumentando. Atuar através de ONGs locais pode ser um facilitador, já que estas possuem trabalhadores que falam a mesma língua que a população e isso torna os projetos mais baratos (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.195-6). Com isso, podemos ressaltar a importância da resiliência, da emancipação na atuação desses projetos.

2.2.2

A Resiliência e a Emancipação

Levar o “local” em consideração como parte do recurso para dissolução de questões aponta para a *resiliência*, algo que Chandler (2012) definiria como “a capacidade de se adaptar positivamente ou de forma bem sucedida a problemas externos e ameaças” (tradução livre. CHANDLER, 2012, p.217). Pode ser também, nas palavras de Mac Ginty (2015), o encorajamento para que as pessoas se utilizem de seus próprios recursos para lidar com problemas de forma apropriada culturalmente, sustentáveis e de baixo custo (MAC GINTY, 2015, p.203). Ou como define Baird (2014), “a capacidade de sobrevivência diária dos habitantes locais” (tradução livre. BAIRD, 2015, p.4). E ainda, como Rotberg (2010) define, resiliência pode ser descrita como a capacidade do sistema de se recuperar após um desastre ou uma perturbação (local ou nacional). É ser capaz de manter as funções básicas apesar de distúrbios. Sendo assim, uma sociedade resiliente é aquela que possui mecanismos para lidar com riscos, sob estresse ou sob forças inesperadas (ROTBURG, 2010, p.412).

É um conceito central que pode ser utilizado em questões de desenvolvimento, econômicas, sociais, segurança e ambientais. Tanto em debates sobre segurança internacional como de humanitarismo, os discursos de resiliência ganharam um papel central, através do qual se articula tanto a capacidade da sociedade de se recuperar frente a emergências, como para governos que precisam assumir um engajamento mais proativo com a sociedade (CHANDLER, 2013, p.210-226; TABAK, 2014, p.144).

Se as pessoas são encorajadas a usarem seus próprios recursos para lidarem com os seus problemas, então isso provavelmente trará algo mais apropriado culturalmente, mais sustentável e com custos mais baixos. A ideia de soluções locais para problemas locais muda a perspectiva de apenas vítimas e receptores, para pró-ativos e empoderados. Isso se relaciona diretamente com o ideal do *ownership*, estabelecido em 2005 pela Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda², realizada no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), definindo o uso de alinhamento, harmonização, gestão por resultados e responsabilização mútua, passando a envolver tanto os doadores quanto os receptores de ajuda (WALTZ & RAMACHANDRAN, 2011)

No entanto, não podemos esquecer as armadilhas que essa resiliência pode trazer. A primeira é a possibilidade de absolvição dos atores internacionais de qualquer fardo. A segunda é baseada em falsas motivações, já que essa ideia de resiliência pode possuir, por trás, as relações de poder em que os atores internacionais continuam desenhando e direcionando as ações de desenvolvimento e *peacebuilding*³, ou seja, há o risco do *status quo* ser naturalizado e ratificado (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.4). E por último, a resiliência ainda pode trazer uma agenda neoliberal de economizar dinheiro e redução das funções do Estado para garantir um melhor fluxo da economia (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.203-4).

Nesses casos, a agência crítica e a resistência devem ser levadas em consideração seriamente, ou seja, deve ser um processo *bottom-up* e emancipatório, é dizer, que busque a agência dos sujeitos locais e não seja um projeto trazido e imposto de fora, *top-down*, normalmente com ideias universalizantes (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.3)

² A declaração de Paris foi um acordo internacional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento com o objetivo de melhorar a cooperação para o desenvolvimento.

³ *Peacebuilding* é um conceito que vem da complexificação da prática de manutenção de paz utilizada pelas Nações Unidas em busca da segurança internacional. Segundo o então secretário-geral da ONU em 1992, Boutros-Ghali, *peacebuilding* é “a ação de identificar e apoiar estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz de modo a evitar a recorrência do conflito” (BOUSTRONS-GHALI *apud* HASOW, s/d, s/p). Fora as atividades militares vindas desde as operações de paz focadas no *peacekeeping* ou manutenção da paz, o *peacebuilding* busca também atividades civis como a realização e acompanhamento das eleições, reformas econômicas, apoio à formação de partidos políticos, treinamento de funcionários do governo, apoio ao restabelecimento ou manutenção das forças de segurança, entre outros.

De acordo com Richmond (2014), essa emancipação é um processo que requer uma mudança de olhar, saindo do racionalismo da política internacional e começando a se engajar com a cultura, costumes e com sistemas epistemológicos alternativos. É um processo que pretende se centrar no “local” e ser mais próximo e utilizador do *ownership*, modificando o uso das ideias liberais tão centrais no século XX e se situando mais no planejamento e na ação dos locais, algo fundamental em seu entendimento. Tende a ser crítico à coerção, condicionalidades e dependência (RICHMOND *apud* LIDÉN, 2009, p.621). No entanto, como Chandler (2014) aponta de forma mais cética do que Richmond (2014), essas ideias operam em um sistema não linear de entendimento, o que tende a focar não na transformação econômica e de relações sociais, mas nas associações, espaços e práticas que acabam se auto-reproduzindo, o que no final das contas, não se torna inclusivo ou emancipatório, sendo apenas uma desilusão (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.3).

Como descrito acima, as OIs, os governos doadores e as ONGs internacionais agora começam a enxergar o nível local como a chave tanto para o desenvolvimento como para as políticas de *peacebuilding*. Até mesmo o Banco Mundial, a União Europeia e as Nações Unidas (NU)⁴ já admitem a necessidade de reconhecimento da importância da sabedoria, cultura (BRIGG, 2010, p.329) e do *ownership* local para cooperar e coordenar a tomada de decisões. Apesar da ONU ser, como relata Rabinovitch (2015)⁵, um clube de países e não uma organização desenhada para trabalhar em nível local, ela passa a entender esse “local” como ponto mágico que oferece soluções sustentáveis e ainda de custos mais baixos para os problemas internacionais. Podem, ainda, ajudar a política internacional a ser implementada com mais facilidade, e quem sabe, com mais eficiência. Além disso, os atores internacionais também pretendem encontrar, com os locais, mais legitimidade (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.197),

⁴ Alguns documentos que demonstram essas mudanças são: *Brahimi Report*, United Nations, 2000; *In Larger Freedom*, United Nations, 2005; *Governance in Conflict Prevention and Recovery: A Guidance Note*, United Nations Development Programme (UNDP), 2009; *Review of the UN Peacebuilding Architecture*, United Nations, 2010; *World Development Report*, World Bank, 2011; *Governance for Peace: Securing the Social Contract*, UNDP, 2012; *How the EU can support peaceful post-election transitions of Power: lessons from Africa*, European Parliament, 2012; *Evaluating Peacebuilding Activities in Settings of Conflict and Fragility: Improving Learning for Results*, OECD, 2012; *Governance for Peace*, UNDP, 2012; *Impact Evaluation of Conflict Prevention and Peacebuilding Interventions*, World Bank, 2013.

⁵ Em entrevista audiogravada concedida no dia 29 de outubro de 2015.

que segundo Bourdieu (1997), podemos entender como a identificação com a respeitabilidade acadêmica e a neutralidade política ou inocuidade.

É possível dizer que é um termo que vem do latim clássico, da palavra *legitimus*, que se relaciona com a legalidade e com o direito. Ao final da Idade Média é iniciada uma segunda etapa, quando a legitimidade se relaciona com o poder que não é tirânico. Em sua terceira fase, aparece atrelada aos regimes democráticos e republicanos que surgem da Revolução Francesa para se oporem às monarquias tracionais absolutistas. Já no século XX, o tema emerge dentro da teoria política e é bastante discutido entre autores como Weber (1922), Habermas (1976) e Kelsen (1934) (HERNANDEZ, 2009, p.158).

De acordo com Weber, seria a “dominação, a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos. (...) e essa dominação (...) pode descansar nos motivos mais diversos de submissão: desde a habituação inconsciente até as considerações puramente racionais com determinados fins. Há um mínimo determinado de vontade para essa obediência, ou seja, de interesse (externo ou interno) em obedecer. Isso é essencial para toda relação autêntica de autoridade (tradução livre. WEBER, 2002, p.170). Já segundo Habermas (1976), legitimidade significa a pretensão que acompanha uma ordem política de ser reconhecido como correto e justo. Com isso, uma ordem legítima significa o feito do merecimento de reconhecimento por parte de uma ordem política (HABERMAS, 2005, p.243). E ainda, Kelsen (1934) alega que legitimidade é quando “a norma de uma ordem jurídica é válida até a sua validade terminar por um modo determinado através desta mesma ordem jurídica ser substituída pela validade de uma outra norma desta ordem jurídica” (KELSEN, 1999, p.146).

No nosso caso, podemos então dizer que a legitimidade está atrelada ao fato de entender os projetos de ajuda internacional não como impostos e pautados somente por uma visão externa, mas como algo que faça sentido e que seja válido para aquela dada localidade. E ainda, que tenha relação direta com os anseios, necessidades e prioridades locais, atendendo ao que a população enxerga como relevante, não sendo orientados apenas pelos interesses do “internacional”.

Portanto, para finalizar, é aceitável dizer que podemos entender essas tentativas de uso da resiliência e emancipação como críticas, ou seja, um

exercício levado pelos subalternos e pós-coloniais e que se distancia do domínio ocidental, da sua filosofia e do seu ordenamento de direitos e necessidades. É ainda, um afastamento dos poderes existentes, da ordem que foi naturalizada pelo liberalismo colonial e um desafio ao neoliberalismo. Fora isso, é também uma repreensão das teorias *mainstream* das Relações Internacionais⁶, que induzem a aplicações de políticas universais e que não levam em consideração as barreiras da pluralidade, suas diferenças ideológicas e culturais (BRIGG, 2010, p.331).

2.2.3

A ligação entre a teoria pós-colonial e a ação internacional

Vale ressaltar que o pós-colonialismo é uma teoria que pretende pensar em grupos nacionais e étnicos, entre incluídos e excluídos. Segundo Mbembe (2008), essa teoria apresenta seus primórdios desde as lutas anti-coloniais. Em paralelo, Krishna (2009) propõe uma genealogia afirmando que o primeiro autor a utilizar o termo “pós-colonial” foi Hamza Alavi (1972), ao retratar antigos vestígios do colonialismo nas ex-colônias. Segundo Alavi, essa herança não se relacionava somente com a inferioridade econômica, mas também com as relações sociais existentes naquelas localidades, interferindo inclusive na forma como a sociedade civil se organizava (KRISHNA, 2009, p.64-67).

⁶ Se faz necessário levantar alguns pontos breves sobre essas teorias de Relações Internacionais. A primeira delas, o liberalismo, se relaciona com questões da economia. Ela aponta para o fato de produtores individuais agirem em busca de lucro, o que causaria um bem-estar geral, trazendo um resultado positivo para o todo. E apesar de não ser de todo modo unificada, possui em comum o fato da liberdade do indivíduo como questão central. Nesta visão, todos os seres humanos são iguais por natureza e, por isso, possuem os mesmos direitos naturais, entre eles a vida, liberdade e propriedade. Sociedades pautadas em organizações políticas modernas, ou seja, baseadas em tradições liberais, levariam ao progresso. Nesta ideia, o Estado deve existir para proteger os cidadãos contra ameaças externas ou contra grupos internos que desrespeitam a lei. Já o neoliberalismo, um pouco diferente, coloca o foco no Estado, visto como ator racional que deveria maximizar seu bem-estar em um sistema internacional anárquico, ou seja, sem um poder supremo acima dos países soberanos. Outra teoria *mainstream* que podemos destacar é o realismo (também com diferenças internas entre seus pensadores). Essa visão ressalta algumas premissas, entre elas, a centralidade do Estado, que está sempre em busca de sobrevivência, defesa do interesse nacional e poder. Além disso, o sistema internacional é anárquico, não possui uma autoridade superior, e o que ocorre dentro dos Estados não tem importância para as Relações Internacionais. Com isso, podemos afirmar que nenhuma dessas teorias se preocupou com o local. E mesmo o pós-modernismo, que se diz desconfiado de um projeto iluminista, procurando um compromisso com a autonomia e a liberdade humana, tentando escapar de verdades científicas, não conseguiu fugir de uma visão entendida como ocidentalizada. Para este pensamento, toda declaração embute em si uma posição de poder e reflete estruturas que se pretendem universais e naturais. Fazem um ataque à ciência e neutralidade, acreditam que qualquer análise da realidade envolva uma interpretação.

Depois, a teoria pós-colonial passa pelo Orientalismo de Edward Said. Este autor mostra que o projeto colonial não poderia ser reduzido simplesmente a um sistema militar e econômico, mas em todo um aparato de violência epistêmica, muito mais do que física. Envolve ainda, nesse período, outros autores como Asis Nandy, Gayatri Chakravorty Spivak e Homi Bhabha. Inclui também estudos subalternos emergentes na Índia na década de 1980, críticos ao nacionalismo e ao colonialismo, buscando trazer vozes e capacidades dos rejeitados, como rurais, mulheres, castas mais baixas, etc. Destaca-se igualmente, o pensamento afro-moderno, que trata do encontro entre fatores raciais e de classe social.

Por fim, um último momento pós-colonial seria a globalização, geradora de uma expansão generalizada de comércio e ideias ocidentalizadas. É uma crítica que não se pretende contra o Ocidente em si, mas que busca ter efeito sobre a crueldade e cegueira de alguns conceitos ocidentais – chamados por Mbembe de coloniais – como razão, humanismo e universalismo. É dizer que o colonialismo foi uma experiência global que contribuiu para universalização de representações, técnicas e instituições, entre elas o Estado-Nação (Mbembe, 2008, s/p). Tanto que, segundo Darby e Paolini (1994), as relações internacionais se limitaram a tratar da convivência entre Estados somente pelos aspectos materiais do poder. Sendo assim, os autores defendem que falta a inclusão de uma relação entre poder/saber e até mesmo o reconhecimento do caráter ocidental e eurocêntrico das relações internacionais, diversas vezes utilizado como aspecto universal (p.371-397).

Sendo assim, essa mudança de perspectiva e tentativa de uso mais enfático de processos que envolvam o *bottom-up* pode ser apresentada como uma forma de emancipação. Isso, então, representa uma agência do sujeito na sua forma crítica. Com isso, instituições racionais-legais, normas cosmopolitas encontradas dentro do Estado neoliberal e a arquitetura da paz internacional que o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) representa, estão sendo desafiadas para saírem do antigo conceito de progresso. É também, uma forma de relação mais direta com a sociedade e seus diferentes grupos, menos hierárquica e elitista (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.5-7).

Esse reconhecimento veio da experiência prática e como resultado dos argumentos persistentes de alguns acadêmicos sobre a importância da cultura

(BRIGG, 2010, p.329) para estudos de paz e guerra, bem como para o desenvolvimento. No entanto, mesmo que haja uso genuíno da cultura em alguns momentos, em outros esse ato pode ser apenas político. Fora isso, é sempre válido lembrar que a cultura é um termo enorme e complexo, usado de forma bem distinta tanto em disciplinas como no contexto popular. Pode, inclusive, trazer premissas contraditórias em determinados momentos, o que mostra que as diferenças culturais são fluidas e não fixas (BRIGG, 2010, p.336;340).

Em alguns casos, o uso de frases como “participação”, “*ownership*” e “parceria” pode ser apenas retórico para conseguir o consentimento local e uma maior aceitação desses doadores normalmente vindos do Norte Global. Mas em outros casos, no entanto, pode haver de fato um reconhecimento que tanto o desenvolvimento quanto o *peacebuilding* não podem ser restritos apenas às elites nacionais – caso contrário, não serão sustentáveis. Engajamento com uma comunidade é visto como essencial para as necessidades e expectativas locais, e, claro, para o sucesso dos projetos (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.775).

Na realidade, muito desse discurso foi enfraquecido por conta da cooptação pelas NU e verificação de restrições na participação autêntica do “local” no processo. Isso ocorre em sociedades profundamente divididas, onde é complicado definir o “local”. Fora isso, em ambientes de conflito, muitas vezes o próprio “local” é responsável pelos acontecimentos, então como escolher quem seria o representante daquele território em qualquer tipo de projeto e mudança? Difícil definir critérios para esse tipo de escolhas. E ainda, muitos desses locais não possuem recursos próprios e necessitam de assistência de fora, o que normalmente está atrelado a certos condicionamentos condizentes com os ideais externos e não simplesmente uma apropriação local (SILVA, 2012, p.52-3).

2.2.4

O Híbridismo como alternativa

Visto que a participação autêntica do “local” pode tanto encontrar dificuldades, como pode ser reprodutora dos problemas já existentes, uma alternativa, então, seria o híbridismo ou pós-liberalismo. Em outras palavras, o uso tanto das aspirações *top-down*, inspiradas em noções e práticas ocidentais, quanto dos processos *bottom-up*, advindos do “local”. Sendo assim, é um tipo de fusão e inclui o *ownership*, a participação e a sustentabilidade das intervenções e dos projetos. Se encontra, portanto, no meio do caminho entre a defesa do “internacional” e a do “local”. Não aceita universalizações, mas também rejeita a pureza do “local” e a romantização das culturas.

Precisa ser um processo e deve ser condição para a interação entre atores e práticas. Demanda negociação social, conflito e união. Com isso, um processo mais complexo e fluído de trocas (MAC GINTY, 2011a, p.1). Envolve a emergência de agência do nível local e pode apresentar desde uma relação apenas entre locais até ter o suporte internacional. Representa a coexistência com o diferente, não uma assimilação (RICHMOND, 2011, p.93;145). Essa abordagem procura um projeto mais interdisciplinar em conjunto com conceitos da antropologia, psicologia e sociologia. É uma tentativa de se afastar ainda mais do conservadorismo e não limitar a inclusão do “local” apenas nas estruturas dos projetos (SILVA, 2012, p.13).

Segundo Mac Ginty (2011a, 2011b), a hibridização deve envolver quatro pontos:

1. A habilidade dos atores da paz liberal de colocarem as suas vontades;
2. A habilidade dos atores da paz liberal de encorajarem e incentivarem os seus modelos;
3. A habilidade dos atores locais de resistirem, subverterem, renegociarem e até ignorarem a paz liberal;
4. A habilidade dos atores locais de criarem e manterem alternativas à paz liberal, ou seja, assumir que eles podem ter formas que divirjam dos atores internacionais.

Na realidade, o autor aponta que isso não passa de uma abstração, mas que o importante é perceber as constantes mudanças nos processos de negociação e a hibridização entre o *bottom-up* e o *top-down*, entre o ocidental e o “local”, entre o tradicional e o moderno (MAC GINTY, 2011a, p.1; MAC GINTY, 2011b, p.2-4). Seria a sobreposição de diversas identidades e ideias, e a transmissão sem necessariamente resultar na dominação de um ideal dominante. Isso requer a aceitação do diferente (RICHMOND, 2008, p.147).

É possível dizer que a recomendação da hibridização de Mac Ginty (2011a) se dá por cinco razões:

1. Não é apenas uma crítica ou defesa da paz liberal, mas um encorajamento para uma nova resposta;
2. Nos alenta para questionar as fronteiras entre categorias. Os atores são normalmente colocados em oposições binárias como *inside/outside*, tradicional/moderno, bom/ruim. O hibridismo, em contrapartida, nos permite olhar para os interstícios e possibilidades de cooperação entre essas categorias que parecem fixas, mas que na realidade não são;
3. Olha dentro das categorias e questiona até que ponto são homogêneas e unidas;
4. Nos encoraja a examinar as relações entre atores e questionar as fixações de identidades e visões de mundo;
5. Nos leva a pensar fora das estruturas fixas de relações internacionais estadocêntricas (MAC GINTY, 2011a, p.1-2).

E ainda, Richmond (2011) aponta que esse processo deve ser, entre outras questões:

1. Baseado no entendimento (ao invés de cooptação) da cultura local, tradições e ontologias;
2. Focado nas necessidades, bem-estar e empoderamento dos marginalizados. Com isso, determinado pelos locais, mas com assistência dos internacionais;
3. Engajado com a *everyday life*⁷, cultura, costumes e instituições locais;

⁷ O conceito do *everyday* é utilizado na teoria social já há muitos anos. Alguns autores que se apropriaram do termo são Lefebvre (1901-1991), De Caerteau (1925-1986), Foucault (1926-1984), Adam Smith (1723-1790), Durkheim (1858-1917), Marx (1818-1883) e Engels (1820-

4. Respeitador de diferentes posições, normas, interesses e objetivos;
5. Um “contrato” entre o “internacional” e o “local”;
6. Pensado para além de questões de soberania westphaliana⁸;
7. Determinando por decisões locais sobre processos econômicos, políticos e sociais;
8. Apoiado internacionalmente, mas sem a introdução de hegemonias, ideologias, desigualdades, condicionalidades ou dependência (RICHMOND, 2011, p.110-1).

No entanto, não podemos esquecer que o hibridismo pode trazer alguns problemas nele embutidos, que são o fato do escape da responsabilidade internacional, dos direitos humanos e do papel do Estado, o que no final das contas, na concepção de Chandler, não passa de um aprofundamento das políticas neoliberais (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.6). No primeiro caso, por ser bastante flexível, o hibridismo pode passar a responsabilidade dos resultados de uma intervenção diretamente para a população, recaindo sobre esta, toda carga por qualquer erro e ponto negativo do processo (CHANDLER, 2010, p.90).

O segundo surge pelo fato do pós-liberalismo buscar esse empoderamento da agência local como solução para os problemas dos conflitos e das barreiras ao desenvolvimento e democracia (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.19). Mas uma pergunta central a ser feita é quem será o responsável por definir quais vozes locais devem ser incorporadas e quais elementos do “local” devem fazer parte do projeto? Ademais, esse “local” pode ser o próprio perpetuador dos descumprimentos dos direitos humanos, o que não resolve o problema. E por fim, por se centrar no indivíduo, essa defesa não soluciona as questões da estrutura pública formal (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.14), o que faz com que o Estado permaneça sem servir aos interesses da sua própria população.

O hibridismo, ainda segundo Chandler (2014), inverte a relação entre o Estado e o sujeito ao invés de entender o sujeito como autônomo. Na realidade, ele vê o sujeito atrelado às relações e práticas sociais, que precisam ser moldadas e influenciadas para que mudanças políticas sejam alcançadas. Isso removeria a

1895). Aqui, entenderemos o *everyday* como hábitos normais de indivíduos e grupos que nos dão a possibilidade de novas interpretações para as relações de poder, legitimidade e responsabilidade.
⁸ Segundo Krasner (1999), a soberania de westphaliana se dá pela exclusão dos atores externos frente a um dado território com autoridade e poder (p.3-4).

esfera de liberdade e autonomia, abrindo espaço para relações informais e de vigilância. Sendo assim, segundo o autor, o hibridismo ainda mantém uma natureza opressora. Ele quer, na realidade, governar ou adaptar a mentalidade dos sujeitos mais do que mudar as condições sociais e econômicas (CHANDLER & RICHMOND, 2014, p.6;14;16).

Fora isso, outro problema é que, apesar de algumas mudanças, o Norte Global muitas vezes ainda vê os diversos grupos do Sul⁹ de forma obscura, sem entender bem o que são esses “locais”. Para eles, o “local” segue parecendo intacto, estático e está sempre a espera de ajuda. Alguns Estados e instituições ocidentais também são intolerantes a formas alternativas de organização estatal e da sociedade, em outras palavras, continuam sugerindo que os *outsiders* sabem mais. Isso levanta outro ponto, o fato de que persistem na apresentação de distinções artificiais entre o interno e o externo, refletindo um pensamento eurocêntrico e buscando demonstrar o “local” como periférico frente ao Norte Global moderno (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.197-8).

Portanto, medidas *bottom-up*, localizadas e particulares servem para confrontar essas ideias *top-down*, padronizadas, tecnocratas e institucionalizadas utilizadas por diversas instituições internacionais (mesmo que algumas já possuam uma retórica de conversação com o “local”) (MAC GINTY, 2014, p.2). Se faz de enorme importância que os locais sejam entendidos de fato como “parceiros” dos projetos que venham de fora. Eles não estão ali apenas esperando ajuda. Atuam diariamente com a insegurança e falta de recursos, e ainda convivem regularmente em situações de incertezas. Por conta disso, precisam encontrar suas próprias formas de encarar a vida cotidiana e seus obstáculos. Tendo em vista essa necessidade, muitas vezes encontram soluções criativas para suas próprias questões e para conseguirem recursos (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.198).

É dizer que projetos com administração internacional possuem mais chances de se depararem com diversos desafios se não se familiarizarem com o novo contexto. Fora isso, ainda é de enorme importância que percebam a coexistência e a possibilidade de cooperação (MAC GINTY & POLANSKA, 2015,

⁹ Expressão “Sul Global” se refere aos Estados da América Latina e Central, África e grande parte da Ásia. Essa definição começa a ser utilizada após o fim da Guerra Fria e o término das divisões do mundo entre “Leste”, “Oeste” e os não alinhados (terceiro mundo, vistos também como atrasados, não modernos e não civilizados).

p.198-200). Isso implica na necessidade de que os atores internacionais se vejam como não superiores aos locais – uma mudança bem significativa (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.769).

Os locais possuem voz, mas muitas vezes não são ouvidos ou apenas não são bem compreendidos pelos atores internacionais. A mudança se dá quando deixam de “trabalhar para o local” e passam a “aprender com o local”. Ademais, o “local” está sempre surpreendendo com a sua diversidade e versatilidade. Isso levanta o fato de que é preciso perceber que as situações podem mudar rapidamente, que o “local” não é estático e possui, muitas vezes, uma característica de rápida adaptação (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.199-201).

Negar o “local” e seu direito à identidade é naturalizar a ordem internacional atual e tirar a ênfase da injustiça histórica e da desigualdade, mantendo as decisões internacionais nas mãos de uma elite global (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.779). No entanto, é preciso ressaltar a importância da não romantização do “local”, principalmente quando este possui dinâmicas de conflito e poder. O “local” pode ser partidário, discriminatório, excludente e violento. Em outras palavras, é dizer que contextos locais também possuem relações de poder e hierarquias que favorecem apenas alguns frente a outros (assim como o internacional) (MAC GINTY & RICHMOND, 2013, p.770).

Resumindo, é esperado que o Norte Global adote uma agenda de respeito, engajamento e humildade ao lidar com o “local”; que aprenda com o “local” ao escutar e observar o *everyday life*; que tente se ajustar ao tempo do “local”, ao ritmo da sociedade; que evite a romantização do “local”; que saiba que irá encontrar surpresas ao longo do caminho; e que não tente encontrar soluções universais, ou seja, que busque as dinâmicas e a natureza do “local” (MAC GINTY & POLANSKA, 2015, p.206).

2.3

A soberania para o entendimento do “local” e do “internacional”

A articulação entre o “local” e o “internacional” pode ser relacionada também com o conceito de soberania, algo central para a política moderna de Estados. É uma criação do homem, das forças históricas e culturais, e segundo Bartelson (1995, p.36;51-2), está ligada à fundação da política moderna e está por trás de todas as práticas, tanto domésticas quanto internacionais (BARTELSON, 1995, p.12). Por conta disso, essa divisão entre o doméstico e o internacional, segundo o autor, pode ser vista como ponto de partida de qualquer teoria de Relações Internacionais (BARTELSON, 1995, p.25).

Hedley Bull diria que

O ponto inicial das relações internacionais é a existência dos estados ou comunidades políticas independentes, cada uma possuindo um governo e assegurando a soberania com relação à uma porção particular de superfície da terra e um segmento particular de população humana. Por um lado, estados asseguram a relação com esse território e população, o que pode ser chamado de soberania interna, o que significa a supremacia sobre todas as outras autoridades dentro desse território e com essa população. Por outro lado, asseguram o que pode ser chamado de soberania externa, o que não significa supremacia, mas independência frente às autoridades externas (tradução livre. BULL apud BARTELSON, 1995, p.23)

Podemos então dizer que a soberania, nesse caso, é encarada como um conceito dado (BARTELSON, 1995, p.24), como algo real e sem vida (WALKER, 2004, p.240). No entanto, esse princípio apresenta uma antítese em si mesmo, visto que normalmente traz respostas nacionalistas, romantizadas e eurocêntricas (BARTELSON, 1995, p.33). Isso quer dizer que a suposta anarquia do sistema internacional, na realidade, é uma anarquia de alguns poucos (WALKER, 1992, p.161). E ainda, que a separação entre o nacional e o internacional, que teoricamente parece ser bem clara, é, na prática, uma justaposição entre o doméstico e o internacional. Não somente isso, como também se demonstra uma classificação silenciadora do “local” ao utilizar um discurso centrado somente no Estado-Nação.

Sendo assim, esse status das fronteiras, que se mostra bem articulado no que diz respeito à organização da vida política moderna, parece cada vez mais complicado. Definir um “aqui”, um “lá” (WALKER, 1992, p.174) e demarcar

esses limites permite a (re)produção de inclusões e exclusões articuladoras do status de hierarquias, classe e ordem social, não apenas em termos de vida doméstica dentro do Estado-Nação, mas também no ambiente internacional (WALKER, 2006b, p.57). Com isso, é possível dizer que as fronteiras e a soberania são formas enganadoras de se pensar os limites e as exceções (WALKER, 2006a, p.66). Elas não só demarcam divisões físicas, como também encontros e contestações que ao mesmo tempo desafiam e confirmam ortodoxias sociais (MAC GINTY, 2014, p.5). Com isso, heterogeneidades internas passam despercebidas, mas na realidade são extremamente importantes para qualquer política, mesmo que internacional. Focar apenas nesse Estado soberano Westphaliano para questões de desenvolvimento pode, portanto, ser um grande problema, visto que isso traz um momento de exclusão. Esse fator mina a capacidade de entender o “local” em seu contexto, fora as suas necessidades (RICHMOND, 2011, p.136-9).

Além disso, também é fácil perceber a dificuldade em encontrar a forma pura de Estado em qualquer lugar. O mundo empírico é desordenado e sempre apresenta exceções do que deveria ser. Em outras palavras, é dizer que as fronteiras não são simples (WALKER, 2006b, p.59;69), principalmente desde 1945, quando as estruturas organizadas globalmente começaram a trazer questões sobre as características e significância do Estado como primeiro foco da identidade política, da comunidade, da autoridade e do poder. (WALKER, 1992, p.162-3). As fronteiras estatais em sua definição teórica podem ignorar diversas disparidades internas, diversos atores e grupos locais que muitas vezes são excluídos, mas que não deveriam ser entendidos como remotos. Fora isso, esses locais dificilmente existirão em sua forma inicial, tendo, possivelmente, conexões com o mundo globalizado e conectado, sendo ainda, bastante díspares internamente, o que mais uma vez reforça o problema das divisões entre o nacional e o internacional.

De acordo com Bartelson (1995), a soberania é a política do conhecimento que ordena a nossa realidade e a forma como nos organizamos. Por ser uma criação do homem, apresenta uma relação reflexiva entre sabedoria e realidade política, e ainda mais central seria o fato de que a soberania e a sabedoria implicam uma na outra logicamente, ou seja, uma produz a outra historicamente, o que deixa a questão aberta para novas mudanças

(BARTELSON, 1995, p.3-7). Em decorrência dessa ambiguidade entre o mundo conceitual e empírico, uma das formas encontradas para lidar com esse obstáculo é tratar a soberania como um conceito contestável (BARTELSON, 1995, p.15), ou seja, um conceito que pode não ter o mesmo significado para diferentes pessoas e, por conta disso, se usado sem especificações, pode gerar enorme confusão (WOLFERS, 1952, p.481;3).

Como Walker (1992) argumenta, o princípio da soberania estatal supostamente define claramente a diferenciação entre a vida *inside* e *outside* das comunidades políticas. É dizer que as fronteiras territoriais representam divisões binárias entre o *self/other*; ordem/anarquia; identidade/diferença, já que dentro desses territórios demarcados acredita-se encontrar bondade, verdade e beleza, enquanto fora não (WALKER, 1992, p.160). Com isso, há uma diferenciação também entre quem são os membros de uma certa comunidade nacional e a humanidade como um todo. Isso cria uma distinção clara entre o “dentro” e o “fora”, o que na realidade ignora o fato dessa divisão ser um conceito histórico e situado, além de apresentar um caráter normativo através do discurso da anarquia versus a soberania (WALKER, 1995, p.28; WALKER, 1991, p.445-461)

Sendo assim, o Estado moderno e a soberania são conceitos definidores não apenas de um espaço territorial, mas também de uma identidade. A soberania estatal como discurso, neste sentido, resolve todas as contradições de quem é o “nós”. É afirmar, nas palavras de Walker, que todos somos o mesmo, como humanidade, mas todos somos diferentes como membros de distintas culturas nacionais. (WALKER, 2006b, p.66).

No entanto, essas categorias estáticas devem ser colocadas em suspeita, inclusive, o fato do internacional não ser o mundo e de estar sempre preocupado com uma sucessão de eventos lineares e progressivos (TABAK, 2014, p.21; WALKER, 2004, p.248; WALKER, 2006b, p.57-8). O mundo moderno de Estados soberanos é um mundo cheio de exceções, de marginalidades, sendo a mais importante delas, segundo Walker, a existente entre o moderno e os/as outros/negações, o que permite a construção da política moderna de Estados soberanos (WALKER, 2004, p.249). De acordo com o autor, embora o “internacional” tenha relação com tudo dentro do mundo moderno, ainda há o questionamento sobre o que, e quem, está sendo deixado de fora desse processo (WALKER, 2006b, p.58).

Crucialmente, esse passo demonstra que é a externalização do outro – o não-civilizado/bárbaro/não-moderno – que nos permite conceber o moderno. Sendo assim, a ideia de humanidade pode ser entendida como um processo pelo qual todos podem ser trazidos para o mundo moderno, o que acaba excluindo diversos outros “mundos” (TABAK, 2014, p.163). E ainda, como Walker demonstra, há certas “regras” que deveriam ser aceitas por todos os Estados como condição da soberania. Dentre essas regras, há a questão de serem “não bárbaros” e “modernos”. Mas o fato é que não estamos todos no *inside* (WALKER, 2006a, p.70; 80). Sempre há as exceções, ou seja, os não-modernos, os não-civilizados, que precisam ser excluídos para permitir que o moderno se conheça. Isso permite a construção, (re)produção e promoção de uma versão particular da ordem política internacional, admitindo a exploração com inclusões e exclusões que nos deixam pensar claramente sobre as universalidades que não são universais e diferenças que precisam permanecer como tal (WALKER, 2010, p.237). Por conta disso, a construção do outro como bárbaro traz a ideia de que ele precisa ser destruído ou então civilizado (WALKER, 2006a, p.76-7).

No caso das favelas, por exemplo, podemos dizer que isso acontece pois são locais vistos por lentes essencialistas, utilizadoras de estigmas que colocam essas comunidades como sítios de moradia irregular, de pobreza, violência, de marginalização, entre outros. E que, por isso, deveriam ser transformadas ou erradicadas para se adequarem aos padrões entendidos como aceitáveis. Sendo assim, podemos dizer que o “internacional” moderno trabalha através de três formas de discriminação: na fronteira do sujeito individual moderno, na fronteira do Estado soberano moderno e na fronteira do sistema de Estados soberanos (WALKER 2004, p.248; WALKER, 2006b, p.65).

Em decorrência dessas análises, é possível salientar que o pós-estruturalismo¹⁰ questiona a representação da história como algo linear e seletivo;

¹⁰ A abordagem pós-estruturalista contribui para uma análise da visão de mundo baseada na separação entre o doméstico e o internacional, bem como sobre o discurso de soberania e a formulação da ideia de anarquia internacional. Esta teoria procura realizar uma combinação entre crítica, desconstrução, genealogia e auto-reflexão das Relações Internacionais. Desconfiam de verdades universais e, portanto, não pretendem obter uma postura científica. Mais exatamente, não encaram a realidade como uma ciência neutra. Acreditam na existência de interpretação para qualquer análise realidade. Buscam, portanto, interpretar textos e discursos, e defendem que as práticas narrativas e sociais estão diretamente relacionadas uma com as outras. Se utilizam da desconstrução, ou seja, propõem leitura alternativa e problematizam as oposições binárias como

questiona o sujeito moderno e a soberania racional; e ainda revela o subalterno, marginalizado e sem poder. A crítica, segundo Foucault (1988), pretende mostrar como as coisas não são auto-evidentes como se pensa. É a prática de fazer com que gestos fáceis se tornem difíceis (p.155). Com isso, nos apresenta uma desconstrução. Mostra como que o projeto iluminista também possui seu lado negro, já que apresenta episódios de guerra, genocídio, desumanização, desigualdade, degradação ambiental, entre outros. Portanto, nenhuma sabedoria deveria ter prioridade frente às outras (RICHMOND, 2008, p.136-7).

E ainda, o pós-estruturalismo indica que a sabedoria é produzida e reproduzida pelo discurso, ou seja, não é algo objetivo. Os discursos de poder representam hegemonias e interesses, não sendo neutros ou universais (RICHMOND, 2008, p.137). Isso se reflete no encontro, na tensão do “internacional” com o “local”, já que o pós-estruturalismo apresenta um ambiente mais fluido onde os indivíduos e a sua *everyday life* devem ser uma prioridade. Assim, se diferencia das teorias mais ortodoxas que perpetuam os chamados binarismos apontados por Walker – *inside/outside, self/other, civilizados/bárbaros* – que nada mais fazem do que construir uma ordem hegemônica com interesses liberais (RICHMOND, 2008, p.139;141). Então o que diferencia o pós-estruturalismo de outras perspectivas é que ele aceita o pluralismo e o relativismo, ou seja, não há verdades, normas universais. Isso oferece uma possibilidade para a emancipação, incorporando os entendimentos de resistência, solidariedade e movimentos mais indígenas, locais (RICHMOND, 2008, p.146).

Levando tudo isso em consideração, é preciso ressaltar a importância do “local” como sujeito central na agência, desenho e aplicação de projetos que envolvam a sua própria realidade. Abordar apenas Estados soberanos é negar o “local” e dar continuidade a uma ordem que até o momento se mostrou excludente e naturalizadora de uma modernidade que se diz global, mas que na verdade não leva em consideração diversas outras realidades. Quando observamos um Estado como um todo, as diversas realidades existentes dentro de um mesmo país são homogeneizadas, não havendo espaço para entender as especificidades de cada localidade. Sendo assim, muitas ações acabam não sendo

relevantes para todos os espaços, já que elas se demonstram, em alguns casos, despreocupadas com as características, histórias e culturais díspares, não trazendo soluções adequadas para as inúmeras e diversas realidades encontradas dentro de um mesmo Estado soberano.

O “local” deve ser, portanto, redescoberto como sujeito que ajudará a trazer soluções para as suas próprias questões. E ainda, lembrando sempre que as categorias estáticas – como a soberania e divisões entre dentro e fora - necessitam ser postas sob suspeita. O mundo possui infinitas exceções e, por conta disso, cada local deve ser encarado como ferramenta para o seu próprio desenvolvimento.

Com isso, podemos diferenciar o “internacional” do “local”. O primeiro seriam os atores oriundos de fora dos contextos em questão, vindos de outros países e envolvidos nos processos de desenvolvimento de uma dada localidade que não a sua. Já os segundos seriam os receptores das ações de desenvolvimento, os que são originários e/ou vivenciam a conjuntura em questão (SILVA, 2012, p.9). E na utilização do *ownership* que poderemos criar uma parceria entre os dois para o desenvolvimento, já que ao utilizar essa retórica, tanto os financiadores internacionais como os receptores participam, ao passo que se abre espaço para que os próprios locais tenham uma autoridade sobre as políticas de desenvolvimento e as atividades executadas, deixando de estar centradas apenas nos recursos externos e internacionais (BRANSON & HANNA, 2000)

Deste modo, é possível dizer que o presente capítulo tentou abordar a relação entre o “local” e o “internacional”. Essa discussão se faz necessária para introduzir a ação das organizações internacionais e ONGs na busca pelo desenvolvimento em favelas do Rio de Janeiro, algo que será abordado em seguida. Aqui, buscamos mostrar como que essas divisões binárias como *inside/outside* criam diversas marginalizações e exclusões. Silenciam não somente os diferentes “locais” existentes dentro de um mesmo Estado-Nação como também cunham a ideia de que o outro é o não-civilizado e não-moderno. Por isso, surge a defesa de que este precisa ser erradicado ou transformado. Isso, no entanto, nega o “local”, que pode apresentar respostas diferentes das encaradas como modernas, mas que, na verdade, possivelmente tem muito mais significância para a sua própria realidade e anseios.

Procuramos mostrar, em primeiro lugar, que o “local” deve ser redescoberto como solução para os problemas, necessitando ser aceito como sujeito de significância em questões de desenvolvimento, paz e guerra. No entanto, é válido ressaltar a importância de não romantizar esse ator. Assim como o “internacional”, ele também pode apresentar diversos problemas como exclusões e violência. Por conta disso, o hibridismo pode ser uma boa solução. É um processo mais fluído, de trocas, com sobreposição de ideias. São medidas *bottom-up* para confrontar os ideais *top-down*, mostrando que o “local” possui voz, mas que essa é muitas vezes silenciada. Ainda assim é preciso ter cautela para que esses projetos não prossigam através de uma lente ocidentalizada e liberal que não faça sentido para as populações locais.

Tendo isso em vista, relacionamos essas ideias com o conceito de soberania, algo central para a disciplina de Relações Internacionais. É uma exposição que se apresenta cada vez mais complexa e não facilmente definível. As fronteiras podem ser formas enganadoras de se pensar em limites, pois na realidade, o mundo empírico é uma bagunça, algo não facilmente demarcável. E assim como a soberania, o “local” também não é algo puro. O mundo em que vivemos é um mundo globalizado e conectado, o que transforma o “local” em central, não mais uma periferia remota. Com isso, passaremos a abordar como que o “internacional”, representado aqui por OIs, ONGs e parcerias bilaterais, atuam nas favelas do Rio de Janeiro, o nosso “local” em questão.